



MEIO AMBIENTE

Relatório do corpo técnico do Ibama recomenda que não seja liberado o estudo com vistas à prospecção na região oceânica em frente à foz do Rio Amazonas, por causa da ameaça ao bioma. Se a sugestão for aceita, pressão sobre a autarquia aumentará ainda mais

Veto à pesquisa na Margem Equatorial

» FABIO GRECCHI

Está nas mãos de Rodrigo Agostinho, presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a liberação da exploração de petróleo na Margem Equatorial do litoral brasileiro. Isso porque técnicos da autarquia emitiram um parecer, que está sendo mantido em sigilo, recomendando que a pesquisa e prospecção da área sejam negadas à Petrobras. A razão do veto é conhecida: a ameaça ao bioma marinho em frente à foz do Rio Amazonas.

O documento não impede o licenciamento da exploração do Bloco 59 da bacia. Agostinho pode não acatar a recomendação. Porém, essa hipótese é considerada remota, uma vez que o presidente da autarquia tem o histórico de prestigiar o corpo técnico, sempre acompanhando as recomendações que lhe são passadas.

Mas uma nova negativa colocaria mais pressão sobre Agostinho e, sobretudo, sobre a ministra Marina Silva, do Meio Ambiente e Mudança do Clima — que apadrinhou a indicação do ex-deputado federal do PSB para o cargo. Dentro do Palácio do Planalto, na atual cúpula da Petrobras e no Ministério das Minas e Energia, o Ibama é visto como uma barreira para que se iniciem as pesquisas de prospecção na Margem Equatorial. Sobre tudo quando se sabe que a British Petroleum explora a mesma área — porém, no litoral da Guiana — e a francesa Total Energies prospecta no Suriname.

A negativa do Ibama pode acelerar, também, a queda de Agostinho do comando da autarquia, que seria incluída no pacote da reforma ministerial. Por causa da necessidade de reforçar o time de articuladores políticos do Palácio do Planalto, cogita-se a saída de Márcio Macêdo da Secretaria-Geral da Presidência da República, que seria realocado no comando do instituto.

Reflexo político

Há, porém, consequências políticas sobre uma troca na presidência do Ibama, com vistas ao

alinhamento da autarquia àquilo que pretendem o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o ministro Alexandre Silveira, das Minas e Energia, e a presidente da Petrobras, Magda Chambriard. Se, por um lado, prevalecem os planos do governo e da estatal, por outro, desestimula e desautoriza, novamente, o corpo técnico do Ibama, submetido a maus momentos no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro.

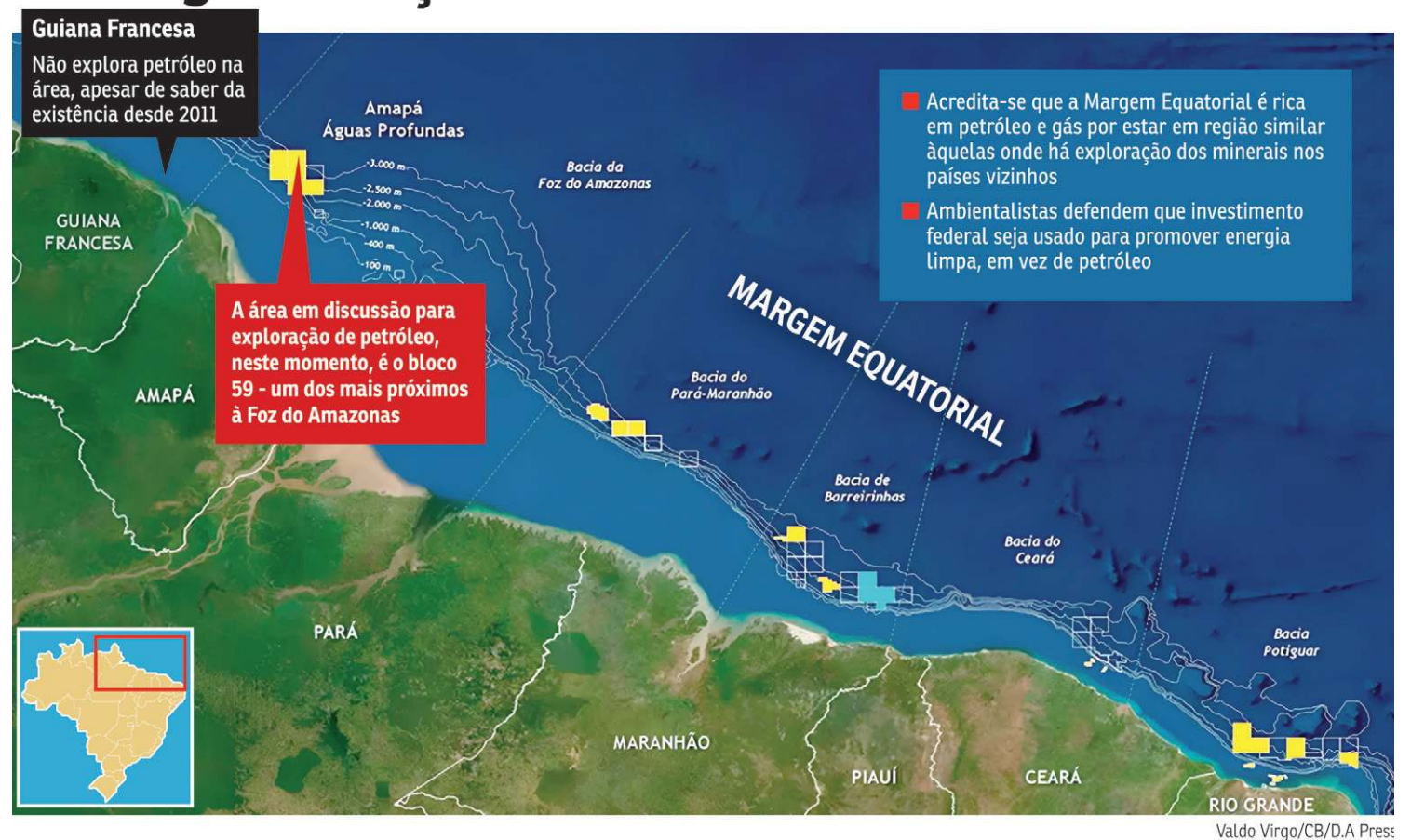
À época, a equipe de funcionários passou por acelerado esvaziamento, além de ter enfrentado várias barreiras à atuação — sobretudo no desmatamento de biomas, como o Cerrado e a Amazônia, e na exploração ilegal de madeira no Pará. Além disso, o Ibama foi comandado por um coronel da Polícia Militar paulista: Luís Carlos Hiromi Nagao, que indicou outros colegas de corporação para duas diretorias. Tudo sob a chancela do então ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles.

Antes de vir à tona a recomendação dos técnicos do Ibama de que não haja pesquisa para eventual prospecção na foz do Amazonas, Magda Chambriard deixou claro o incômodo, ontem, com as exigências colocadas pela autarquia. “Temos um pedido de licença para perfurar um primeiro poço no litoral do Amapá. O órgão ambiental considerava a região sensível, mas estamos prontos para enfrentar essa sensibilidade. Temos equipamentos e métodos moderníssimos, e o compromisso de entregar mais um centro de reabilitação de fauna, caso ocorra um evento indesejável. Vamos entregá-lo até o fim de março. As obras estão em dia e, creio, seja essa a última demanda do Ibama”, disse.

Magda, porém, acrescentou que “todas as demandas do Ibama foram atendidas tempestivamente. Temos parceria até com a Nasa (a agência espacial dos Estados Unidos). O que estamos oferecendo para o Ibama entendemos que está resolvido. Não há mais o que se pedir. Tenho mais de 45 anos nessa indústria e nunca vi esse nível de esforço”.

» **Leia mais** na página 6

Uma região cobiçada



(O fenômeno climático) La Niña deve durar pouco tempo. Devemos entrar em situação de neutralidade, mas com muita seca. Nos preocupa a situação climatológica este ano. Provavelmente, não vai ser uma crise como a do ano passado, mas precisamos estar preparados”

Rodrigo Agostinho,
presidente do Ibama

Plano se antecipa a incêndios

» MARIA BEATRIZ GIUSTI*

A ministra Marina Silva, do Meio Ambiente e Mudança do Clima, assinou, ontem, uma portaria que estabelece estado de emergência em áreas mais suscetíveis a incêndios florestais. A medida prevê a contratação de mais 4,6 mil brigadistas especializados nos biomas, um número 25% maior do que o do ano passado. A pasta também deve permitir a contratação de agentes indígenas e quilombolas que conheçam o território e contribuam com ações preventivas.

Segundo o secretário-executivo da pasta, João Paulo Capobianco, o planejamento será dividido ao longo dos meses, de acordo com as especificidades de cada região. Marina, por sua vez, observou que “os agentes públicos terão de tomar as medidas necessárias

para agir em conformidade com o risco que está posto”.

A estrutura de prevenção e combate para 2025 contará com 15 helicópteros, dois aviões de transporte, 10 aviões para o lançamento de água, 340 camionetas operacionais, 199 veículos especializados e 50 embarcações. Por meio do levantamento do monitoramento por satélites do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo), será possível identificar as regiões mais vulneráveis no período da seca.

Segundo levantamento preliminar, a região com maior risco de secas severas e incêndio é o Pantanal, que abrange os estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Os dados mais atualizados mostram que 17,2% da área total do bioma foram totalmente afetados, com risco de deixarem de existir.

De acordo com o MapBiomas,

entre janeiro e dezembro de 2024, mais de 30,8 milhões de hectares foram queimados no Brasil — 79% a mais do que 2023 e a maior área queimada desde 2019. Para o presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho, o cenário de 2025 será melhor, mas não a ponto de haver um relaxamento nas medidas ambientais.

“(O fenômeno climático) La Niña deve durar pouco tempo. Devemos entrar em situação de neutralidade, mas com muita seca. No começo do ano, tivemos seca dura no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, mas deve ter regiões do Brasil com seca forte. Nos preocupa a situação climatológica este ano. Provavelmente, não vai ser uma crise como a do ano passado, mas precisamos estar preparados”, salientou.

*Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi

SAÚDE PÚBLICA

Acordo assegura o tratamento com remédio de R\$ 17 milhões

» VANILSON OLIVEIRA

O Supremo Tribunal Federal (STF) finalizou o acordo com a empresa Roche Químicos e Farmacêuticos S.A. para reduzir o valor do medicamento Elevidys, cujo custo médio é de R\$ 17 milhões por dose. O remédio pode reduzir o ritmo do avanço da Distrofia Muscular de Duchenne (DMD), doença genética rara e degenerativa, que paralisa todos os músculos do corpo e leva à morte. O preço do fármaco, a partir da homologação, não foi divulgado.

Segundo o STF, o acordo determina o cumprimento de decisões judiciais provisórias para a compra do remédio. Desde a conciliação, três pacientes já receberam o Elevidys pelo

Sistema Único de Saúde (SUS): dois no Hospital de Clínicas de Porto Alegre e um, no Hospital Fernandes Figueira, no Rio de Janeiro — uma quarta pessoa, de Santa Catarina, será tratada nas próximas semanas, de acordo com o STF.

Continuidade

Além da redução no preço do Elevidys, a conciliação prevê que a União deve assegurar a continuidade do tratamento médico. O acordo da Corte com a Roche prevê uma economia de, aproximadamente, R\$ 250 milhões para os cofres públicos. Os termos foram homologados pelo relator, ministro Gilmar Mendes, em dezembro, e referendados pelo Plenário.

Matheus Brasil/MS



STF e fabricante possibilitam que o Elevidys seja fornecido pelo SUS

A União também deve finalizar, em até 90 dias, os trâmites administrativos, incluindo a dispensa de licitação e a liberação de recursos voltados à compra do Elevidys. Para pacientes que possam perder a

possibilidade de tratamento com o remédio nos próximos 150 dias, o Ministério da Saúde poderá adotar medidas emergenciais para garantir a importação do medicamento. O fornecimento do Elevidys, porém,

» Calouros obrigados a beijar cabeça de porco

Em um trote estudantil realizado na última segunda-feira, por alunos do curso de Veterinária da Universidade de Araraquara (Uniará) com estudantes recém-aprovados, os calouros tiveram de beijar a cabeça de um porco decepada. Um vídeo mostrando o momento foi postado nas redes sociais da Atlética de Veterinária e apagado posteriormente. Em nota, a Uniará afirmou que o evento estudantil ocorreu fora das dependências da faculdade e não era de conhecimento da instituição. Afirmou, ainda, que a cabeça do animal não era da universidade e que a instituição não tem conhecimento de onde veio a peça, uma vez que a prática foi realizada fora do câmpus. Ressaltou, também, que a situação oferece riscos sanitários e epidemiológicos. A universidade diz repudiar esse tipo de situação e que irá averiguar os fatos para identificar os envolvidos. A Associação Atlética Acadêmica de Medicina Veterinária da Uniará, cujo perfil foi usado para publicar o vídeo, também disse repudiar o ocorrido e não compactuar “com práticas que possam causar constrangimento, humilhação ou qualquer forma de desrespeito aos estudantes”.

não será submetido a um contrato para distribuição contínua pelo SUS — como ocorre com outros medicamentos.

O medicamento tem registro aprovado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)

e está em processo de avaliação pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec), etapa fundamental para sua inclusão definitiva no rol de remédios disponíveis na rede pública.